



**ATA DA NONAGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e quarenta e três minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores deputados! Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores deputados e público aqui presente! "Ata da Nonagésima Segunda Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e oito minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** - Lida e aprovada a Ata Cento e Seis da Nonagésima Segunda Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Mensagens nºs 54 a 56/2024, do Poder Executivo; Ofício nº 832/2024, do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Ofício nº 1.477/2024, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 2.878 a 2.903, 2.905 a 2.911 e 2913/2024, da Prefeitura Municipal de Dourados; e-mail, da Copa Energia. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** - Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Mara Caseiro, Pedrossian Neto, Caravina, Gleice Jane, Lia Nogueira, Antonio Vaz, Lidio Lopes e Renato Câmara. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Zeca do PT, Lucas de Lima, Coronel David, João Henrique, Jamilson Name e Marcio Fernandes. **GRANDE EXPEDIENTE** - Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp e João Henrique. **ORDEM DO DIA** - Foi aprovado, em redação final e votação nominal, o Projeto de Lei nº 105/2024, de autoria do deputado Antonio Vaz. Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 139/2024, de autoria do Poder Judiciário. Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei Complementar nº 10/2024, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 119/2024, de autoria da deputada Lia Nogueira. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria dos deputados Caravina e Paulo Corrêa, endereçada aos familiares de Lourdes Rondon dos Santos Pereira; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada aos familiares de Kenytiro Jodai; requerimento de moção de apoio, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada ao vereador Franklin Schmalz, pelos ataques homofóbicos sofridos, reafirmando o compromisso desta Casa com a defesa dos direitos LGBTQIAPN+ e com o combate à discriminação e à violência, garantindo segurança ao vereador em sua atuação. A deputada Lia Nogueira pediu vista do requerimento de informações - Protocolo nº 03193/2024, de autoria do deputado Roberto Hashioka; indicações, de autoria dos deputados Lia Nogueira, Renato Câmara e Neno Razuk. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** - Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte e dois de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro". Foi lida a ata, senhor presidente.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para a leitura do expediente desta Sessão.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhoras e senhores deputados! Quero registrar que hoje é aniversário do querido município de Chapadão do Sul e Dia do Aviador. Expediente da Sessão Ordinária do dia 23 de outubro de 2024: Ofício nº 71.567/2024, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, respondendo à indicação do deputado Zeca do PT (Prot. nº 2510/2024); Ofício nº 2.146/2024, do Ministério da Saúde, respondendo à indicação do deputado Zeca do PT (Prot. nº 1572/2024); Ofícios nºs 11.303, 14.301, 14.319, 14.323, 14.440, 14.447, 14.484 e 14.491/2024, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Zeca do PT, Pedro Kemp, Caravina, Zé Teixeira, Pedrossian Neto, Paulo Duarte, Mara Caseiro, Lia Nogueira, Antonio Vaz, Renato Câmara, Lidio Lopes, Gleice Jane, Lucas de Lima, Coronel David e Marcio Fernandes (Prot. nº 2883, 0402/2024); Ofícios nºs 1.716 e 2.877/2024, da Prefeitura Municipal de Dourados, respondendo às indicações dos deputados Lia Nogueira e Neno Razuk (Prot. nº 2377/2024); e-mail, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Lucas de Lima (Prot. nº 2999/2024); Ofício nº 324/2024, da Prefeitura Municipal de Rio Verde de Mato Grosso, respondendo à indicação da deputada Gleice Jane (Prot. nº 2982/2024); e-mail, da Cesp, respondendo à indicação da deputada Gleice Jane - Protocolo nº 02699/2024 (Prot. nº 2699/2024); Carta nº 2.442/2024, da Águas Guariroba, respondendo à indicação do deputado Pedro Kemp (Prot. nº 2783/2024). Foi lido o expediente, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Quero reiterar que, no final do mês, teremos a 2ª Corrida dos Poderes, em celebração ao Dia do Servidor Público, comemorado no dia 28 de outubro. A expectativa é de que mais de 7.000 pessoas participem do evento. Temos 2.225 servidores inscritos; 1.575 na corrida de 5 KM; 700 na corrida de 10 KM; 250 na corrida kids. A abertura acontecerá às 15h. A largada das crianças será às 16h, em frente ao estacionamento da Alems. É importante destacar que a entrega dos kits ocorrerá no Centro de Convenções Rubens Gil de Camilo, amanhã, dia 24, das 9h às 19h; e dia 25, das 8h às 18h. O participante deverá apresentar um documento pessoal com foto e levar um brinquedo novo, em bom estado, para a campanha de Natal do governo de MS. E, para a retirada do kit das crianças, será necessário apresentar um documento da criança com foto. O kit infantil deverá ser retirado por um responsável legal. Caso um terceiro for retirar o kit infantil, ele deverá apresentar a autorização dos pais ou responsáveis pela criança. Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente e senhores deputados, ontem eu fiz uso da tribuna para falar sobre a situação das mães atípicas e da dificuldade que elas estão enfrentando para conseguir dieta especial, fraldas e insumos para seus filhos na rede pública de saúde aqui de Campo Grande. Diante disso, nós formulamos esta indicação, a qual passo a ler. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora Adriane Lopes, prefeita municipal de Campo Grande, com cópia à secretária municipal de Saúde, senhora Rosana Leite de Melo, solicitando providências urgentes no sentido de regularizar a oferta de fraldas, insumos e dieta especial para crianças com deficiência e doenças raras no Centro de Especialidades Médicas. As mães de crianças atípicas vêm — há mais de dois



anos — reivindicando o fornecimento dessas coisas, das quais seus filhos necessitam para viver com qualidade. Nós estamos falando de pessoas de baixa renda que buscam a garantia do direito constitucional de acesso à saúde às crianças com deficiência, síndromes e doenças raras, que não estão encontrando tais itens na rede pública. Muitas mães já recorreram à Defensoria Pública e têm ajuizado ações na busca dos direitos de seus filhos. E mesmo com liminares concedidas pela Justiça, ou elas não conseguem atendimento, ou obtêm com bastante atraso os materiais. Segundo relatos, o fornecimento desses materiais está com atraso de mais de um ano. Semana passada, a prefeitura informou que foi feita a entrega de lote de insumos básicos e disse ter normalizado o fornecimento. Todavia, em protesto, as mães contestam tais informações e afirmam que continuam sem receber periodicamente aquilo de que necessitam suas crianças. Então, senhor presidente, a prefeitura precisa regularizar o fornecimento desses materiais e tomar as providências necessárias para que não haja mais interrupção no fornecimento dos referidos itens. Interromper o fornecimento dos itens e simplesmente dizer que volta a fornecer daqui a 60 dias, 90 dias, é algo inaceitável. A criança precisa de alimentação, fraldas e outros insumos todos os dias. A prefeitura precisa fazer um planejamento, para que o fornecimento dos referidos itens seja constante. Era o que tinha, presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhoras e senhores! Com muita tristeza, eu venho apresentar uma moção de pesar. Solicito à Mesa, ouvido o colendo Plenário, nos termos do inciso XV do artigo 172 do Regimento Interno, que seja enviada moção de pesar aos familiares do jornalista Osmar Alves dos Santos, por seu falecimento, ocorrido no dia 22 do corrente ano, aos 57 anos de idade, na cidade de Dourados. Justificativa anexa. Era o que eu tinha. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, integrantes da Mesa Diretora, colegas parlamentares, público presente nesta Casa de Leis e todos que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS! Cumprimento, de modo especial, as mães atípicas que hoje lotam o nosso Plenário. Quero dizer, presidente, que nós vamos entrar com um requerimento, ainda hoje, seguindo a linha do deputado Pedro Kemp, que trouxe a problemática da falta de dietas e de insumos para as crianças com deficiência. Eu conversei com algumas mãezinhas, e elas me disseram que não concordaram com as afirmações feitas aqui ontem de que o fornecimento dos insumos está sendo feito normalmente. Ou seja, elas alegam que a dieta não está sendo repassada de forma regular. E pior ainda, quando elas a recebem, recebem-na em quantidade menor do que a preconizada por lei. Então, as mães precisam recorrer à Justiça para terem o direito de seus filhos garantido. Nós estamos vendo mães que vieram aqui hoje com seus filhos atípicos para reivindicar seus direitos. Eu, como mãe atípica que sou, levanto esta bandeira aqui na Assembleia, eu e o deputado Neno Razuk. Nós não podemos deixar que isso passe despercebido. E não, esta não é uma medida eleitoreira. O que foi dito aqui ontem, deputado Neno Razuk, é sério. Essas mães estão sofrendo e estão aqui hoje fazendo um protesto, democrático, justo, pacífico. Isso é direito delas. Diante de tudo o que está acontecendo, eu vou apresentar hoje aqui um requerimento à prefeita Adriane Lopes, para que ela responda às seguintes indagações: "1-



quantas dietas estão vindo para Campo Grande; 2 - quais são as datas; 3 - qual público está sendo atendido; 4 - quantas famílias estão desassistidas." Essas mães vieram aqui hoje para protestar. Elas dizem que não estão sendo, deputado João Henrique, manipuladas. Elas dizem que estão aqui hoje em defesa dos direitos de seus filhos. Ontem, depois que houve aquelas falas aqui na Assembleia, eu repliquei isso nas redes sociais; e ontem mesmo eu recebi, deputada Gleice Jane, relatos desesperados de duas mães, uma aqui de Campo Grande e outra de Rio Verde. Elas disseram que "sim", que muitas vezes elas pensam em tirar a própria vida, porque não sabem o que fazer com seus filhos, que não recebem atendimento especializado, que não recebem o mínimo previsto em lei. Essas crianças precisam ser enxergadas pela Prefeitura de Campo Grande. Portanto, eu vou apresentar um requerimento, vou cobrar explicações da prefeita Adriane Lopes. Por ora é isto. Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Caravina. Vou pedir aos senhores deputados que usem o Pequeno Expediente para apresentar indicações e requerimentos, e o Grande Expediente para manifestações.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhores parlamentares, assistentes, público presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio Alems! Eu trago uma indicação. Solicito à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao superintendente regional do Incra, senhor Paulo Roberto da Silva, solicitando providências... [Falas aleatórias no Plenário].

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao Plenário que garanta a palavra ao deputado, sob pena... Nós não vamos usar o Plenário para fazer política partidária... Por favor, vamos garantir a palavra ao deputado. Os deputados fazem a defesa de todos os interesses da sociedade, para um lado e para o outro. Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Senhor presidente, eu peço que seja encaminhado expediente deste Poder ao superintendente regional do Incra, solicitando providências e esforços no sentido de realizar a regularização fundiária e a outorga dos títulos de propriedade aos moradores do assentamento Teijin/Fetagre, núcleo principal Agrovila, localizado no município de Nova Andradina. Este pedido foi encaminhado ao nosso gabinete pela vereadora, reeleita, Márcia Lobo. Ela visitou o assentamento e notou a ansiedade da parte dos assentados em receber os títulos de propriedade. Diante do anseio dos moradores locais, solicitamos que o Incra faça esforços, deputado Pedro Kemp, para regularizar a situação do assentamento Teijin, que é o maior daquela região. A Sala de Cidadania já deu andamento no processo; todavia, a entrega dos títulos ainda não aconteceu. Peço o apoio de Vossa Excelência, deputado Kemp, e da bancada do PT, peço que falem com o Paulinho, que é uma grande pessoa, responsável, que tem feito um trabalho importante no Incra, para que ele proceda à entrega dos títulos aos assentados. A regularização é importante, eles dependem disso para buscar financiamento e outras coisas. O pessoal já está trabalhando e produzindo no assentamento há algum tempo. Portanto, merece atenção da parte do poder público. Era o que eu tinha, presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Gleice Jane.



DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, presidente, colegas parlamentares, público presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio Alems! Inicialmente, eu gostaria de dizer às mães que estão aqui presentes que nós somos solidárias a elas. A dor dessas mães não é eleitoreira. Nós acompanhamos há mais de um ano essas mulheres, que lutam pelo direito de dar uma alimentação adequada a seus filhos. Isto é muito sério. Só uma mulher que vê seu filho sofrendo sabe do que estamos falando. Hoje elas vieram aqui para mostrar a dor que estão sentindo. O que eu ouvi hoje dessas mães não é eleitoreiro, é, a bem da verdade, uma dor; e nós respeitamos essa dor. Quero dizer a vocês, mães, que, enquanto vocês estão aqui protestando, eu e alguns colegas deputados estávamos ali conversando e dizendo que precisamos fazer um debate sério sobre os PCDs, sobre educação especial, sobre a condição de vida das pessoas. Há uma preocupação da nossa parte sobre como o estado deve atender essa parcela da sociedade. Nós somos solidários a vocês. Estamos preocupados com isso. Embora tenhamos nossos limites no que diz respeito à atuação, estamos juntas. Nós somos mulheres, sabemos da dor umas das outras. Estamos juntas. Ademais, presidente e colegas deputados, eu venho apresentar um projeto de resolução. Projeto de resolução que institui o "Troféu do Mérito Legislativo Zumbi dos Palmares e Tia Eva". Eu gostaria de votar a presente proposta com o máximo de celeridade. Já existe um projeto nesse sentido aqui na Casa, o qual foi apresentado pelo saudoso deputado Amarildo Cruz. A gente está apenas incluindo a Tia Eva. Nossa intenção é homenagear uma mulher quilombola aqui do estado. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Bom dia, senhor presidente e senhores deputados! Eu trago uma indicação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão Empreendimentos, senhor Mauro Azambuja Rondon, solicitando a execução de obras de pavimentação asfáltica na rodovia MS-142, entre os municípios de Camapuã e São Gabriel do Oeste. O presente pedido foi elaborado pelos produtores rurais de Camapuã e região, liderados por Márcia Pereira Ávila de Lima, que colheu mais de cento e oito assinaturas, entre produtores, moradores, empresários e representantes do setor de transporte e logística. A melhoria das vias de transporte é de grande relevância para o desenvolvimento econômico de Mato Grosso do Sul. Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Senhor presidente, colegas deputados, público presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio Alems, bom dia! Eu trago uma moção de aplauso e dois requerimentos. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de aplauso ao Hospital Adventista do Pênfigo, referência em transplantes. O hospital tem proporcionado qualidade de vida e longevidade a muitas pessoas. Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Educação, senhor Hélio Daher, solicitando informações acerca do andamento da reforma geral da Escola Estadual Irmã Ribeiro de Almeida, localizada no município de Nova Andradina. Este é um pedido da comunidade, do diretor da escola e da Câmara de Vereadores. Requeiro à Mesa, na forma



regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, e ao secretário de estado de Educação, senhor Hélio Daher, solicitando informações acerca da Escola Estadual Thomaz Barbosa Rangel, localizada no município de Rio Verde. Esta é uma demanda da comunidade local. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, público que nos prestigia neste Plenário e todos que nos acompanham pela TV e Rádio Alems, bom dia! Eu venho apresentar uma indicação, com a aquiescência do deputado Caravina. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de estado de Educação, e ao senhor Rodrigo Peres Ramos, secretário de estado de Governo e Gestão Estratégica, por cópias autônomas, solicitando a celebração de convênio com o município de Bataguassu, a fim de viabilizar a implantação de uma sala de tecnologia e robótica na Escola Municipal Professor Pedro Domingues de Figueiredo, situada no distrito da Nova Porto 15 de Novembro, no município de Bataguassu. Esta indicação atende a diretora da escola, senhora Cibeles Regina dos Santos (Ofício nº 160/2024). Justificativa anexa. É só, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Hashioka. Com a palavra, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, colegas parlamentares, bom dia! Quero cumprimentar as mãezinhas atípicas que fazem seu protesto aqui e em todos os órgãos que Vossas Excelências possam imaginar. A causa delas é maior do que este Plenário, do que a esquerda, do que a direita, do que o centro, do que qualquer político. E se alguém errar, podem ter certeza de que essas mães, no mesmo minuto, vão se voltar contra, porque elas buscam a proteção, a saúde, os direitos, o respeito aos seus filhos. Bom, mas o que me traz à tribuna é o seguinte: eu quero apresentar um requerimento. Solicito à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita municipal de Campo Grande, Adriane Lopes, que tem uma folha secreta de mais de trezentos milhões reais, senhor presidente. Eu quero entender o porquê dessa folha e saber os nomes. Quero saber também por que eles diminuíram um milhão e meio da saúde, do repasse para a Santa Casa. Quero entender por que diminuíram cinquenta mil reais do repasse ao HU, que era de setecentos mil e passou a ser de seiscentos e cinquenta mil. Quero entender por que o São Julião não tem reajuste há mais de seis anos na verba que lhe é repassada. Estão tirando esse dinheiro da saúde, e têm um milhão e quatrocentos mil reais em débito com esse hospital, de convênio do município. Então, na verdade, esse dinheiro está sendo tirado da saúde, das pessoas que estão nos postos precisando de remédio, de vocês, mães, que estão precisando de fralda, de medicamento, de leite para seus filhos; esse dinheiro está indo para uma folha secreta, para pessoas que estão recebendo altos salários, mais do que ganha o governador do estado, mais do que ganha um ministro do Supremo Tribunal Federal. Isso não está correto. Nós queremos explicações. Senhoras e senhores, é chegada a hora de mudanças. Nós precisamos de resposta. Mães, parabéns pela presença, pela cobrança! Eu estou com vocês. Chegou a hora de mudança.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Bom dia, senhor presidente, Mesa Diretora, caros deputados, senhoras e senhores, todos que nos acompanham pela TV e Rádio Alems! Eu trago uma indicação. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, solicitando adesão ao Protocolo Nacional de Recuperação de Celulares, o Celular Seguro, que, atualmente, conta com onze estados da Federação, podendo o acesso ao referido protocolo ser disponibilizado por meio da plataforma MS Digital. O Celular Seguro permite que o usuário cadastre seu número na ferramenta, por meio do site ou do aplicativo disponível para os sistemas Android ou IOS. Em caso de furto, roubo ou perda do aparelho, a própria vítima pode acessar a conta no programa e efetuar o bloqueio do aparelho e de aplicativos financeiros. No momento do cadastro, também é possível indicar pessoas de confiança, que poderão disparar o alerta, em caso de impossibilidade de realização da ação pelo titular da conta. Mais de dois milhões de pessoas já haviam se cadastrado no sistema, lançado em 19 de dezembro do ano passado, e sessenta e oito mil alertas de bloqueio foram disparados. Importante destacar que não se trata de mandar mensagens para quem roubou ou furtou o celular, a mensagem é enviada para aquela pessoa que comprou celular furtado ou roubado. A polícia vai dar a quem comprou com boa-fé um telefone fruto de roubo ou furto a oportunidade de comparecer à delegacia e devolver o telefone, de forma voluntária. Pois bem, eu quero, agora, aproveitar a oportunidade para dizer a todos que nós criamos, com a aprovação dos colegas deputados, a "Comenda do Mérito Legislativo Ueze Elias Zahran". Ueze Zahran completaria este ano cem anos de idade. Ele foi um grande empreendedor, um dos maiores empresários do Brasil. Nós marcamos a solenidade de outorga da comenda para a próxima quarta-feira, dia 30. Os deputados que quiserem indicar pessoas que julguem merecedoras da honraria, podem falar conosco. A Assembleia tem a oportunidade de premiar aqueles que colaboram, de forma efetiva, para a geração de emprego e renda em nosso estado. Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, nobres pares e público presente! Em nome Gisele, cumprimento as mães atípicas presentes nesta Casa de Leis! Eu estava ouvindo a Gisele, que me chamou para conversar um pouco. Ontem houve um debate aqui nesta Casa... Gisele, a gente sabe da dor, a gente sabe do trabalho de vocês, que não é de agora, na busca de direitos, na busca de justiça para os filhos de vocês. Vocês estão sempre na luta pelas dietas, pelas fraldas, enfim. E nós sabemos que vocês não são compradas por ninguém. Vocês são mães que lutam por direitos. Parabéns a vocês pela luta e pela força! Que Deus continue abençoando a cada uma de vocês! Senhor presidente, eu tenho duas indicações para apresentar. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, e ao diretor-presidente da Energisa, senhor Paulo Roberto dos Santos, solicitando a implantação de uma unidade de atendimento da Energisa no município de Inocência. A presente indicação atende a um pedido formulado pelo vereador Valmir José de Carvalho. Senhor presidente, antes de ler a outra



indicação, quero dizer que estou entrando com um requerimento para que a presidente do Sindicato dos Peritos Papiloscopistas possa ocupar esta tribuna na próxima terça-feira...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputada, só para registrar: já temos um requerimento do Sindicato da Aלים para terça-feira. Então o seu seria para quarta-feira.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Então o meu vai para quarta-feira.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — OK.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Moção de pesar. Requeiro à Mesa, com fulcro no artigo 173 do Regimento Interno, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada a moção de pesar aos familiares de Ilze Maria Blacks, por seu falecimento, ocorrido no dia 21 do corrente mês. Se aprovada, a moção poderá ser redigida nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, legítima representante do povo sul-mato-grossense, por meio de propositura formulada pela deputada Mara Caseiro, externa condolências e se une ao luto dos familiares de Ilze Maria Blacks, que faleceu, no dia 21 de outubro de 2024. Ilze Maria foi uma das fundadoras do município de Eldorado, atuava no ramo de madeiras serradas, viveu e investiu no município por cinquenta e um anos. Era adorada por seus filhos, netos e tataranetos. Era uma amiga querida, íntegra e trabalhadora. Teve uma vida longa, com muitas realizações, distribuiu o bem e colaborou para um mundo melhor. Nosso desejo é que o sofrimento por sua perda seja amenizado pela gratidão e por tudo o que ela fez por Eldorado e por Mato Grosso do Sul. Anseio que a palavra de Deus sirva de conforto para todos aqueles que amaram e continuarão amando a Ilze." Muito obrigada, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registrado. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: uma indicação (Prot. nº 3265/2024); um projeto de lei (Prot. nº 3261/2024). De autoria do deputado João Henrique: um requerimento (Prot. nº 3273/2024). De autoria do deputado Caravina: duas indicações (Prot. nºs 3268/2024, 3248/2024); um requerimento (Prot. nº 3249/2024). De autoria da deputada Lia Nogueira: três indicações (Prot. nºs 03255/2024, 3254/2024, 03253/2024); um requerimento (Prot. nº 3252/2024). De autoria do deputado Lucas de Lima: uma indicação (Prot. nº 03264/2024). De autoria da deputada Mara Caseiro: três requerimentos (Prot. nºs 03256/2024, 03251/2024, 3250/2024). De autoria do deputado Pedro Kemp: três indicações (Prot. nºs 3272/2024, 03259/2024, 03258/2024). De autoria do deputado Paulo Duarte: uma indicação (Prot. nº 3260/2024). De autoria do deputado Renato Câmara: uma indicação (Prot. nº 03257/2024); dois requerimentos (Prot. nºs 3270/2024, 3269/2024); uma moção de aplauso (Prot. nº 03271/2024). De autoria do deputado Roberto Hashioka: uma indicação (Prot. nº 03266/2024). De autoria do deputado Zé Teixeira: uma moção de pesar (Prot. nº 03263/2024). De autoria do deputado do Zeca do PT: duas indicações (Prot. nºs 03267/2024, 3262/2024).). Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Corrêa. Transferida. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira. Vossa Excelência dispõe de trinta minutos.



DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — (sem revisão da oradora) — Bom dia, mais uma vez, presidente, público que nos acompanha nesta Casa de Leis e colegas parlamentares! Eu trago, hoje, um requerimento que nós vamos apresentar ao Governo de Mato Grosso do Sul, especificamente à Secretaria de Segurança Pública. Nós estamos requerendo a implantação de uma delegacia de proteção à criança e ao adolescente em Dourados, a maior cidade do interior do estado. E por que estou fazendo isso? Estou fazendo por conta dos números alarmantes relativos à falta de proteção às nossas crianças e adolescentes, que têm sido vítimas de estupro. Mato Grosso do Sul agora configura no mapa negativo da violência; mas o problema maior é que, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024, Dourados aparece, hoje, como o quinto município brasileiro em número de estupro de vulnerável. A incidência choca e chama a atenção de todos para esse sério problema. Nós precisamos resguardar a segurança e a vida dessas crianças. Nós tivemos também fontes na Polícia Civil que nos passaram informações. E de janeiro deste ano até o dia 16 de outubro, agora, somente em Dourados foram registradas 167 ocorrências de estupro de vulnerável, numa cidade de menos de 240 mil habitantes. E com esses números, a gente vem agora para uma problemática ainda maior: 128 casos de estupro de vulnerável ocorreram no perímetro urbano. Isso representa mais de 76%. Agora, quando a gente fala das aldeias, das áreas de ocupação, das áreas de retomada, lá em Dourados, nós temos 39 casos, mais de 23%. E aí, em contato com a Polícia Civil, com fontes, nós descobrimos que, para amenizar o problema, a Delegacia de Atendimento à Mulher em Dourados criou uma espécie de cartório, dentro da delegacia, composto por uma delegada, um escrivão e investigadores. Acontece que a Delegacia de Atendimento à Mulher, que já tem de cuidar das mulheres vítimas de violência, hoje está tendo uma demanda represada, porque ela tem de se dividir no atendimento às mulheres, cujos índices em Mato Grosso do Sul são alarmantes, vocês sabem, Mato Grosso do Sul é um dos estados líderes em violência contra nós mulheres, infelizmente, por mais que políticas públicas sejam adotadas e efetivadas. Mas a Delegacia de Atendimento à Mulher está tendo que se dividir para poder atender as mulheres e também as crianças e os adolescentes. O cartório não está conseguindo atender tamanha demanda. E nós estamos falando, senhoras e senhores, tão somente de casos de estupro de vulnerável. O cartório não está contabilizando, por exemplo, abuso, pedofilia, exploração sexual e muito menos maus-tratos. Ou seja, se esses casos forem contabilizados, os índices se mostrarão ainda maiores. Segundo informações que nós levantamos, existem aguardando instauração vinte e cinco Boletins de Ocorrência sobre violência contra crianças. Tais BOs estão praticamente parados. E há, ainda, duzentos e vinte e um inquéritos em tramitação; e esses procedimentos não levam em consideração, como eu disse, maus-tratos e outros delitos. Infelizmente, nós temos que apresentar à sociedade uma triste realidade: a maior taxa de estupro de vulnerável no país ocorreu em Sorriso, no Mato Grosso, de acordo ainda com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, com 103,9 estupros para cada 100 mil habitantes. Dourados aparece na quinta posição entre as cidades com as maiores taxas de violência sexual do país. E nós devemos registrar que Mato Grosso do Sul registrou índices alarmantes também nos anuários nacionais. Foram registradas quedas significativas em 2021 e 2022. Todavia, em 2023 houve um incremento na violência contra crianças e adolescentes de 9,6%. Ou seja, houve um aumento nos casos desse tipo crime nojento, que nos causa repulsa e indignação. O índice é assustador. A coisa chegou ao ponto de se registrarem 79,2 ocorrências para cada 100 mil habitantes. Dourados se tornou um ponto fora da curva até mesmo para os índices aqui de Mato Grosso do Sul. Os índices de Dourados, deputada Gleice Jane, superam em cinco vezes a média de Mato Grosso do Sul. Entre os cinquenta municípios com mais de cem mil habitantes, Dourados é o pior, está em primeiro lugar em casos de estupro de vulneráveis, com a marca inconcebível de 343,2 ocorrências por 100 mil habitantes. Nós estamos falando de crianças



de zero a treze anos de idade. E no ranking de todos os municípios brasileiros, a maior cidade do interior de Mato Grosso do Sul ocupa, hoje, a quinta posição. Nós estamos falando aqui de municípios brasileiros onde a exploração sexual e o estupro de vulnerável já foram escancarados. E pasmem os senhores! Entre tais municípios, Dourados fica na quinta posição. Os dados consolidados do Anuário Nacional de Segurança Pública mostram que estamos perdendo a batalha contra a violência e a brutalidade. As crianças estão expostas a situações traumáticas e inimagináveis. Nós não podemos aceitar que seja invertida a tendência de queda dos casos de estupro de vulneráveis que estávamos observando nos anos de 2021 e 2022 para uma subida de mais de 9% no ano de 2023, aqui em Mato Grosso do Sul. Não podemos aceitar que Dourados seja líder em casos de estupro de vulneráveis. Nós estamos sentindo falta de suporte. A Delegacia de Atendimento à Mulher vem fazendo o trabalho de uma delegacia de proteção à criança e ao adolescente. Temos, portanto, dois tipos de violência, que precisam ser atacados. Muitos casos de violência sexual ocorrem no ambiente familiar. E o que nós precisamos fazer?... Uma cidade que não possui uma delegacia especializada também não possui uma rede de acolhimento. E a criança vítima de violência fica traumatizada, por isso não consegue expor a situação. Esses monstros precisam ser afastados das crianças. E como fazer isso, se Dourados, o segundo maior município do estado, não possui uma delegacia nesses moldes, com essa estrutura necessária. Então, Mato Grosso do Sul vem falhando nesse sentido. A situação precisa ser reavaliada e consertada pela Secretaria de Segurança Pública. Claro que vamos contar com a sensibilidade do governador Eduardo Riedel, que é do meu partido. Vamos apresentar esse requerimento. Esperamos que Dourados tenha uma delegacia especializada para atender as crianças o quanto antes. Eu concedo um aparte à deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Deputada Lia Nogueira, parabéns pela iniciativa de trazer esta pauta ao Plenário desta Casa. Esse assunto nos preocupa há muito tempo. Mato Grosso do Sul foi um dos estados estudados na CPI da violência contra as mulheres que aconteceu no ano de 2013. E esses dados que a senhora apresenta já eram evidentes naquele período. Isso mostra que nós não conseguimos avançar, não conseguimos construir políticas públicas que nos trouxessem resultados. Em Dourados, nós teremos a Casa da Mulher Brasileira, que vai ajudar nesse processo, esse é um projeto do Governo Federal. Agora, de fato, precisa haver uma parceria muito bem estabelecida entre o governo municipal e o governo estadual, para que as coisas aconteçam de modo efetivo. O diálogo é fundamental. Nós precisamos fortalecer esse debate aqui. Quero destacar, como a senhora apresentou aqui, o aumento das violências. Nós já imaginávamos que haveria um aumento nos casos de violência sexual contra crianças e de violência contra as mulheres, no momento em que passamos a observar um ataque gigante a quem fazia um contraponto a esse discurso de violências, sobretudo nas escolas. Nós passamos por uma onda da extrema direita, que, com várias fake news, começou a acusar as escolas de estarem fazendo apologia ao sexo. Por conta disso tudo, hoje, deputada, as professoras de Ciências têm medo de falar sobre sexualidade nas escolas. Nós já imaginávamos que isso viria a acontecer. Para se combater a violência, a primeira pergunta a ser feita é: o que faz com que o homem se ache no direito de violentar uma pessoa mais frágil?... Ora, nós precisamos combater isso e sobretudo trabalhar com prevenção. Isso precisa ser discutido na educação. É necessário mudar essa cultura da violência que está instalada na sociedade. E só se faz isso por meio da educação, de uma educação livre para debater e ajudar as crianças. A senhora mesma disse aqui que, na maioria das vezes, as violências acontecem dentro de casa, no ambiente familiar. E onde a gente consegue descobrir que uma pessoa está sofrendo violência? Na escola. E a escola tem de estar preparada para fazer esse enfrentamento. Este não é um debate de competência



apenas da Segurança Pública, porque ela não consegue fazer prevenção sem união com o estado. Precisamos parar com a hipocrisia. Precisamos enfrentar isso. Precisamos fazer um debate sério. Nós temos que descobrir quais são as causas da violência, e combatê-las. Muitas vezes nós ficamos preocupados com a falta de delegacias, claro que elas são importantes, obviamente. Mais delegacias precisam ser construídas. Mas nunca haverá delegacias e cadeias suficientes, se não se fizer um processo de enfrentamento, de mudança cultural. Essa mudança, repito, se faz por meio da educação. Mas eu quero inserir aqui mais um dado. Nas aldeias, esse número é subnotificado. Não há, não há notificação que mostre o quanto as mulheres e as crianças indígenas também estão sendo prejudicadas por conta dessa cultura da violência, que assombra toda a nossa sociedade. Nós precisamos enfrentar esse problema. Conte comigo nessa luta. Obrigada pelo aparte.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Obrigada, deputada, pela colaboração. Para encerrar, presidente, quero dizer que esses dados aqui são do Anuário, são oficiais, e realmente, bem lembrado, ainda existe essa questão da subnotificação nas áreas indígenas. Esse também é um problema. Se formos verificar mais a fundo, veremos que o número de casos de estupro de vulnerável pode ser ainda maior. Quero dizer que esse levantamento é geral, que atinge todas as famílias, todas as classes sociais. Logo, não estamos falando de problemas que atingem somente pessoas mais humildes, pessoas mais pobres, porque eles atingem todas as classes sociais, todas as raças, todas as etnias. E quando o assunto diz respeito à comunidade indígena, a coisa fica ainda mais latente. Esse tipo de violência não faz parte da cultura indígena. As aldeias, hoje, estão em situação de vulnerabilidade social, e a violência se faz mais presente por isso. A polícia, inclusive, precisa se fazer mais presente nas aldeias, a fim de prevenir e de combater a violência naqueles locais. Era isso, presidente. Muito obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Grande Expediente, com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, deputado Roberto Hashioka. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro. Transferida. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — sem revisão da oradora — Presidente, eu poderia pedir pela ordem, mas preferi ocupar a tribuna, porque hoje nós temos aqui a vista de algumas profissionais ligadas à Sociedade Brasileira de Podologia. Quero registrar e agradecer, portanto, a presença da senhora Dilma Vieira, de Nova Andradina, presidente da sociedade regional; da Ivanilda Benites, de Campo Grande; da Márcia Becker, de São Gabriel do Oeste; da Fabiana Neres, de Ivinhema; da Célia Bento, de Campo Grande; da Adriana Caldas, de Aquidauana; da Beatriz Alessia, de Campo Grande; da Leia Frazão, de Aquidauana; da Liana; da Taiana Capuano, de Dourados; da Luciene, de Fátima do Sul; da Rafaela, de Corumbá; e da Aveliana Gonçalves. Também quero registrar e agradecer a presença das convidadas Djanani, coordenadora do Senac; da Maria Hildinha; e da nossa querida fotógrafa Jaqueline Benites. Agradeço a todas pela visita. Nós aprovamos aqui na Casa um projeto para incentivar, para estimular a atividade de podologia no estado. Isso foi muito bom para a categoria. Claro que as podólogas buscam a regulamentação da profissão, esta é uma luta de nível nacional. Há projetos em andamento no Congresso Nacional, inclusive, relativos à regulamentação da atividade das podólogas. Mas aprovar uma lei que estabelece diretrizes para estímulo da atividade dos podólogos no nosso estado já traz relevância e valorização a esses profissionais. Essas



profissionais têm ajudado e atuado para evitar amputações, principalmente de pés de pessoas diabéticas. A diabetes leva à amputação, deputada Gleice Jane, principalmente dos pés. Todavia, quando as podólogas são bem preparadas, elas conseguem, muitas vezes, evitar a amputação. Quero parabenizar as profissionais da podologia, que cuidam, que olham pelas pessoas. A gente espera que, acima de qualquer coisa, que um dia possamos ter esse serviço nos postos de saúde, nas unidades de saúde. Um dia desses eu fui visitar a Bia, e ela estava lá atendendo uma paciente que não tinha condições de pagar pelo serviço; mas a Bia estava atendendo aquela pessoa porque se solidarizou com ela. O atendimento na hora certa pode salvar o pé e a vida da pessoa doente. Parabéns a cada uma de vocês! Vamos continuar nessa luta pela valorização, pelo reconhecimento e pela regulamentação da profissão dos podólogos aqui no estado e no Brasil. Muito obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não há mais oradores inscritos...

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Apenas para registrar e agradecer a presença do atual presidente da Câmara e vice-prefeito eleito do município de Sonora, senhor Jansen. Também quero agradecer à liga eleitoral de alunos do Curso de Direito da Unigran pela presença. Os acadêmicos já estiveram conosco na CCJR. Agora estão aqui acompanhando a nossa Sessão. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Grande Expediente. Solicito ao cerimonial que distribua uma garrafinha de água da 2ª Corrida dos Poderes para os deputados. Hidratem-se bem. Amanhã, quinta-feira, e depois, sexta-feira, será a retirada dos kits, lá no Rubens Gil de Camilo. Das 9h às 19h amanhã; e das 8h às 18h depois de amanhã. A expectativa é que participem 7.000 pessoas, deputado João Henrique... Registramos e agradecemos a presença do vereador Jansen Peixoto, presidente da Câmara Municipal de Sonora; da Sumara Leal, vereadora e vice-prefeita eleita do município de Cassilândia; do Gabriel Boccia, prefeito eleito da nossa querida Bela Vista; do Marcos Lino, vereador do município de Bela Vista; do Gabriel Alves de Oliveira, o Doutor Gabriel, prefeito de Corumbá; do Diego Ricardo, vereador do município de Batayporã; e do Jessé Pereira, vereador do município de Mundo Novo. Registramos mais uma vez a presença dos acadêmicos da Liga Acadêmica de Direito Eleitoral do Curso de Direito da Unigran: Davi Furtado, Eduarda da Silva, João Pedro Paniago da Silva, Catarine Velarde, Luan Rosa de Araújo, Pedro Paulo Moraes Barbosa, Raíssa Brito Barbosa e Vinícius Martins Ferreira. Muito obrigado pela presença nesta Casa da Democracia. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o quórum para deliberações.

SEGUNDO SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Todos os colegas deputados encontram-se presentes. Há quórum, portanto, para as deliberações.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos também a presença do senhor Manoel Pinheiro de Andrade, o Nezinho, vereador do município de Jateí; e da Tânia Cristina da Silva, vereadora do município de Dourados. Sejam bem-vindos! Item 1. Em



segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 209/2024. Autor: Poder Executivo. Altera a redação das Tabelas II constantes dos Anexos I e III, da Lei nº 5.175, de 6 de abril de 2018, que dispõe sobre a reorganização das carreiras 'Gestão do Sistema Único de Saúde' e 'Gestão de Serviços Hospitalares do Grupo Saúde Pública'." A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relatora a deputada Gleice Jane. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 209/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.



DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e dois votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2. Em redação final. Projeto de Lei nº 138/2024. Autor: deputado Lucas de Lima. "Dispõe sobre a instituição da Campanha de Ações Preventivas e de Conscientização do Ceratocone no estado de Mato Grosso do Sul." A redação final foi elaborada pela Constituição, Justiça e Redação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação... Registramos e agradecemos a presença do presidente da Câmara de Sidrolândia, o vereador Gringo. Obrigado pela presença.

Projeto de Lei nº 138/2024, de autoria do deputado Lucas de Lima.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.



DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e três votos favoráveis e nenhum voto contrário.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Item 3. Em discussão única. Projeto de Resolução nº 032/2024. Autora: deputada Gleice Jane. "Altera a redação da Resolução nº 39, de 9 de setembro de 2009, alterada pela Resolução nº 59/2021, que institui o 'Troféu do Mérito Legislativo Zumbi dos Palmares', para incluir a denominação 'Troféu do Mérito Legislativo Zumbi dos Palmares e Tia Eva'." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Eu quero pedir licença para me ausentar da Sessão. Na próxima semana o pessoal estará retornando de Brasília, do segundo turno das eleições; e na outra semana eu devo ir a Brasília para me encontrar com o ministro do Desenvolvimento Social, senhor Paulo Teixeira, com o ministro do Desenvolvimento Rural, senhor Wellington Dias, com outros ministros, com a Funai, com a Sesai, enfim, para tratar de investimentos na agricultura familiar e nas aldeias indígenas do nosso estado. Eu preciso me retirar agora para poder articular a minha ida a Brasília. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registrado, deputado. Ainda em votação.

Projeto de Resolução nº 032/2024, de autoria da deputada Gleice Jane.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.



DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Solicito o resultado ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e três votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 4. Em discussão única. Projeto de Resolução nº 090/2024. Autor: deputado Junior Mochi. "Concede a Comenda do Mérito Legislativo a quem especifica." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação... Alcínópolis também está presente. Obrigado pela presença em nossa Casa.



Projeto de Resolução nº 090/2024, de autoria do deputado Junior Mochi.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.



DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Consulto o segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e três votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado o projeto que concede a Comenda do Mérito Legislativo ao senhor Pedro Paulo Gasparini. Vai ao Expediente. Item 5. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 011/2024. Autor: Poder Executivo. "Fixa o efetivo do Corpo de Bombeiros do Estado de Mato Grosso do Sul para o exercício de 2024, e dá outras providências." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 011/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.



DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Solicito o resultado ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e um votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 6. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 199/2024. Autor: Poder Judiciário. "Altera dispositivos da Lei nº 3.687 - Plano de Cargos e Carreira e Remuneração do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, para fins de criar a função de confiança denominada 'secretário de câmara'." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 0199/2024, de autoria do Poder Judiciário.



Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.



DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e dois votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 7. Retirados de pauta os Itens 3 e 5...

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Eu gostaria de que, se possível, o Plenário deliberasse sobre o pedido de vista que foi feito do meu requerimento. O Regimento Interno dispõe sobre o pedido de vista. "Artigo 213 - Durante a discussão de matéria é facultada ao deputado requerer verbalmente à Mesa vista de qualquer proposição, pelo prazo máximo de 24 horas. Parágrafo 1º - Feita a solicitação, o presidente submeterá imediatamente ao Plenário o requerimento, que não comportará discussão, e considerar-se-á aprovado, se contar com voto favorável da maioria dos presentes". Quero informar aos colegas que, na data de ontem, eu pedi à Mesa Diretora que encaminhasse à Prefeitura de Campo Grande um pedido de informação sobre os valores hoje depositados nas contas da Prefeitura relativos ao provisionamento do décimo terceiro dos servidores da Capital. Queremos saber qual valor está lá, se está provisionado, sim ou não. Este é o nosso pedido.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, só para registrar, eu tenho que votar os outros itens... Pedido de vista dos Itens 3 e 5, sendo que o Item 5 será retirado de pauta a pedido do autor; e o Item 3 nós vamos colocar em votação depois. Item 7 ainda. Em discussão única. Seis requerimentos, treze indicações e duas moções de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Solicito que a assessoria coloque o Item 3 para votação... Item 3.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Eu vou colocar em discussão, deputado... Com a palavra, pela ordem, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Senhor presidente, esta Casa sempre foi complacente com relação a todos os pedidos de vista...



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Esta presidência sempre autorizou. É um direito dos deputados, segundo o Regimento.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — ... Num momento político, senhor presidente?

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputados, não vamos abrir discussão. É um direito do parlamentar.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Senhor presidente, não comporta discussão. O parágrafo primeiro diz o seguinte: "Feita a solicitação, o presidente submeterá imediatamente ao Plenário o requerimento, que não comportará discussão." Então, cabe apenas o voto... [Falas no Plenário].

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não. Discutir serve para ver se vai colocar em votação ou não... Eu preciso abrir para discutirmos o requerimento... Os requerimentos podem ser discutidos, meu amigo.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — O que está sendo discutido é o pedido de vista. O pedido de vista não comportará discussão. É o que diz o Regimento Interno.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — O senhor está pedindo que o pedido de vista seja votado. Se o senhor não tivesse feito tal pedido, eu já teria concedido vista a Vossa Excelência.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Vamos votar então...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — O que não tem discussão é vista...

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Nós vamos votar o pedido de vista. Quem votar sim concede vista ao deputado Paulo Corrêa. Quem votar não, não concede vista a ele. Aí nós vamos votar o requerimento...

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Pela ordem, senhor presidente, para encaminhar o voto...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — E aí, declaração de voto permitida, a defesa do voto permitida é voto normal. Com a palavra, pela ordem, o deputado Marcio Fernandes.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Como líder do G-10, eu encaminho voto sim; porque o pedido de vista é direito do parlamentar, conforme o Regimento Interno. Voto sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Jamilson Name.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Como líder do Bloco 2, eu encaminho o voto sim. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão... Alguém quer declarar o voto?...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Para declarar o voto, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, para declaração de voto, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Eu vou declarar voto contrário e externar uma preocupação que eu teria se eu fosse servidor público do município. Essa informação já deveria estar publicada no Portal da Transparência. Para haver uma celeuma dessa, só pode ser que não haja provisionamento, que não haja dinheiro. Servidor público do município de Campo Grande, fique preocupado. A prefeita não deu conta de responder no debate, e orienta seus apoiadores aqui a não darem uma informação pública. Fiquem preocupados, porque não há dinheiro. Voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar seu voto, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Eu voto sim no pedido de vista. Quero dizer ao deputado que a prefeita não vai discutir esses por menores. Com a transparência e a gestão séria dela, principalmente com relação ao servidor público, não tenho dúvida de que ela pagará o décimo terceiro e todos os salários dos servidores. Os servidores do município de Campo Grande podem ficar tranquilos que a prefeita cumprirá com suas pautas e suas obrigações constitucionais. Voto sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Presidente, para poder declarar meu voto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar seu voto, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Primeiro, eu gostaria de dizer que foi dito aqui que isso não é comum; mas este ano eu passei por esse processo aqui, eu pedi vista de um projeto, e a vista me foi negada. Então, este é um ritual comum aqui da Casa. Não é algo tão assustador. Segundo, trata-se de um requerimento de informações sobre questões de interesse dos servidores públicos. Acho que vale a pena, sim... Nós estamos apenas fazendo questionamentos. Não estamos acusando ninguém. Então, para garantir que a Prefeitura dê explicações aos servidores públicos, eu voto não. Obrigada.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Senhor presidente, eu vou votar sim, até porque nós estamos no final de outubro. O dinheiro pode não estar na conta hoje mas pode estar em dezembro. A prefeita tem de pagar o décimo terceiro em dezembro. Então, eu voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação...

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Presidente, para declarar meu voto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar seu voto, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Eu votei sim, senhor presidente. Vejo no painel que o PT, além de apoiar a candidata Rose, vota junto com ela aqui no Plenário. Então, o PT apoia a candidatura da Rose Modesto.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Deputado Gerson...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Quer dizer que a Mara é do PT? O Neno é do PT? O João Henrique é do PT?...

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Declaração de voto...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Senhores deputados, vamos manter a democracia, por favor... [Falas no Plenário]...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — ... Uma coisa não tem nada a ver com a outra, deputado. Sempre querendo polarizar a discussão...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Senhores deputados... [Problemas de áudio no auditório]...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — E respeite o PT...

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Eu disse que o PT votou com a Rose...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — O PL também...

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — O PT votou com a Rose...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — E vai votar domingo.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Senhores deputados. [Problemas de áudio]... Encerrada a Ordem do Dia...



DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Senhor presidente, declaração de voto. Eu queria declarar o meu voto; mas o microfone não estava funcionando.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Declarar tudo bem.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Vou declarar o meu voto. Eu votei não. O deputado Pedrossian tem o direito. Se a prefeita não tem nada a esconder... A maioria da Casa apoia a prefeita e rejeitou porque parece que quer esconder. Mas a maioria do PL votou a favor da transparência. Eu quero registrar que a maioria votou a favor da transparência... [Problemas no áudio e discussões no Plenário]...

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSB) — Senhor presidente.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — O deputado Neno...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Eu não vou abrir para debate...

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Eu estou discutindo o direito de vista...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Nós não estamos discutindo requerimento...

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Nós não estamos discutindo uma eleição...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — O Neno é do PT agora. Valeu, Neno! Valeu! (Risos)...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Nas Explicações Pessoais, com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Caravina. Transferida...

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Eu só quero dizer que essa polarização é muito ruim. Eu sou do PSDB e apoio a candidata Rose. Eu não sou do PT, não sou de esquerda. Eu respeito todos os posicionamentos. Mas eu tenho o meu.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registrado, deputada Mara Caseiro...



DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Senhor presidente, para declarar meu voto... [Falas no Plenário]...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Mas nós não estamos declarando voto...

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Eu respeito os nobres colegas deputados. Mas, no mesmo sentido da deputada Mara Caseiro, quero dizer que nós tivemos uma reunião com o MDB, e eu vou apoiar a Rose, e os nobres colegas decidiram apoiar a Adriane.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Tranquilo. Cada um apoia quem acha que deve apoiar. O problema aqui é que é uma decisão regimental... Tranquilo. É democrática. Coisa bela é a democracia... Encerradas as Explicações Pessoais. Esta presidência agradece a participação austera, livre e aberta dos colegas deputados. Eu declaro encerrada a presente Sessão (11h13min).